

EM TEMPOS DE RADICALIZAÇÃO DO CAPITAL, LUTAS, RESISTÊNCIAS E
SERVIÇO SOCIAL

Ana Paula Ornellas Mauriel*

Evilasio Salvador**

Sandra Lourenço Fortuna***

Tânia Regina Krüger****

Inspiração no tema do tema do XVI ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, realizado entre 02 e 07 de dezembro de 2018, na Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória, a Revista Temporalis, em seu 37º volume, traz contribuições que visam discutir o conjunto de determinações que perpassam a formação profissional frente ao processo de radicalização do capital, do neoconservadorismo e dos processos antidemocráticos, os quais nesta conjuntura vem se acirrando nos contextos nacional e internacional, exacerbando a tendência à mercantilização e mercadorização do ensino superior brasileiro e, a presente edição, busca apontar as formas de resistências e estratégias de enfrentamento diante dos desafios para a reafirmação dos princípios e valores que orientam a formação e o trabalho profissional, a pesquisa e a produção de conhecimento na área.

O tema **Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social**, aponta tendências que envolvem a agudização das respostas à crise capitalista e seus desdobramentos sobre a “questão social” no contexto atual, as quais enredam uma severa ofensiva do capital sobre o trabalho na perspectiva de ampliar as taxas de lucro, o que consequentemente implica em pressão para ampliação das condições de exploração. A nova onda conservadora de contrarreformas motivada pelo contexto pós-golpe de 2016 aprofunda as formas de precarização estrutural do trabalho e dos meios de vida dos trabalhadores, aliada à destruição de direitos advinda desde a entrada do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990. E por consequência renova os desafios teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativos do Serviço Social.

Seguindo o lastro do XVI ENPESS, essa publicação visa contribuir com a construção da resistência às incidências regressivas e perversas que penetram as relações de trabalho, os

* Assistente Social. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

** Economista. doutor em Política Social pela UnB (2008) e pós-doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor na Universidade de Brasília (UnB) na graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Política Social (Mestrado/Doutorado). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Política Social (mestrado e doutorado) de UnB.

*** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela UNESP/Franca. Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

**** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela UFPE. Pós doutorado pelo Centro de Estudos Sociais na Universidade de Coimbra. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora PQ2 CNPq.

temas de pesquisa, as salas de aula de pós-graduação e graduação, e os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.

Em um contexto de enormes retrocessos, de radicalização da exploração da força de trabalho, de aprofundamento da intervenção repressiva do Estado, reforçamos a importância de publicar uma revista inspirada no pensamento marxiano e marxista, em um momento de tantos ataques a essa corrente de pensamento, à autonomia do conhecimento, aos direitos e às liberdades do conjunto da classe trabalhadora. Tarefa que exige a análise crítica das possibilidades de lutas e resistências que a profissão deverá travar na defesa da direção social do projeto profissional, nos desafiando a reafirmar os valores e princípios que nos orientam e que coadunam com uma concepção de formação e trabalho profissional que defende a liberdade como valor ético central, “[...] na perspectiva da emancipação humana, a exemplo da plena expansão dos indivíduos sociais e da socialização da economia, da política e da cultura numa perspectiva de superação das desigualdades de classes” (BEHRING, 2013, p. 16).

Abrindo a revista contamos com as reflexões de Davi Machado Perez no texto **Capitalismo dependente, autocracia burguesa e democracia de cooptação: o golpe de 2016 e a atualidade de Florestan Fernandes**, em que aborda a interpretação deste grande ícone do pensamento social brasileiro para pensar da formação sócio histórica brasileira, objetivando debater sua atualidade para a compreensão socioeconômica e política do Brasil contemporâneo, com destaque para o golpe de Estado de 2016. No artigo, conclui que o capitalismo dependente e as combinações entre autocracia burguesa e democracia de cooptação seguem vigentes na realidade brasileira.

Os autores Jônatas Corrêa Nery e Rogério Naques Faleiros recuperam a trajetória do Movimento Negro brasileiro no texto **Teorias raciais, luta de classes e implementação de políticas para reparação: percurso do Movimento Negro no Brasil, ao mesmo tempo em que apresentam a** produção das teorias sobre a questão racial, produzidas de forma mais consolidada do final do século XIX à metade do XX. Os autores mostram a importância do Movimento Negro no processo histórico da luta de classes para a introdução de uma agenda de políticas públicas voltadas à população negra, a qual de diversas formas resistiu às ameaças contra a sua liberdade e existência.

O texto **Teoria das profissões, marxismo e Serviço Social**, de Ludson Rocha Martona, elabora subsídios, a partir do debate brasileiro sobre o Serviço Social, para uma análise marxista das ocupações especializadas. Teoricamente, são tratadas algumas das bases da sociologia das profissões, bem como o pensamento de Vicente Faleiros, Marilda Iamamoto e José Paulo Netto sobre atuação do assistente social. Por fim, esboça-se alguns apontamentos sobre a natureza das profissões na sociedade moderna.

Aline Soares Nomeriano aborda os principais desafios enfrentados pelos profissionais do Serviço Social em tempos de crise e transformações na ordem social capitalista, seja no âmbito do exercício, da formação, no plano da regulação da profissão, da produção do conhecimento no texto **Da profissionalização à desprofissionalização? Desafios e perspectivas do Serviço Social na contemporaneidade**. Por meio de um estudo bibliográfico, a autora analisa as teses da profissionalização versus desprofissionalização, bem como a polêmica relacionada ao processo de proletarianização de certas categorias e de que forma essa discussão ocorre no âmbito do Serviço Social. Para tal, o artigo teve como principal aporte teórico as contribuições de Guerra (2016, 2017), Netto (2011, 2013), Iamamoto (2015, 2017), Trindade (2001, 2014) e Braverman (1987). À guisa de conclusão, a autora aponta três as dimensões básicas da profissionalidade: qualificação especializada,

credenciamento profissional e autonomia técnica, sendo possível sugerir que o Serviço Social não está sendo desprofissionalizado, mas sim, passando por processo de precarização, tal como outras profissões liberais.

Em Trabalhadores assistentes sociais em tempos de acirramento da precarização do trabalho, Flávia Barbosa Pardini dos Santos e Inez Terezinha Stampa analisam categorias e conceitos que fundamentam a assertiva de que o Serviço Social é trabalho. Tendo como premissa a aceção de que o trabalho possui centralidade na vida humana, as autoras mencionam a ofensiva neoliberal sobre o conjunto dos trabalhadores, apresentando formas contemporâneas de espoliação dos trabalhadores assistentes sociais no cenário brasileiro. Asseveram que a análise das relações e condições de trabalho do assistente social na atual conjuntura torna-se imprescindível para desvelar a exploração imiscuída nesse processo. Utilizando-se de revisão bibliográfica, o texto apresenta reflexões sobre o tempo presente, marcado pela exacerbação do conservadorismo e retrocessos que impactam o Serviço Social e seus operadores, o que requer a pesquisa como um imperativo para a elaboração de propostas estratégicas, criativas e transformadoras.

O artigo **Breves compreensões sobre as “cores” da diversidade sexual e de gênero: situando o Serviço Social**, de Anabella Pavão da Silva e Neide Aparecida de Souza Lehfeld, apresenta as principais contribuições da perspectiva crítica e reflexiva sobre o debate LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais...) ao Serviço Social. A autoras enfocam na exposição e diferenciação de identidades de gênero e orientações sexuais, apresentando algumas compreensões das múltiplas categorias de gênero, dentre inúmeras outras, que vem nascendo em meio à diversidade humana. O texto termina com uma provocação política, teórica e crítica acerca da comunidade LGBTQI+ e o combate às opressões de gênero e sexualidade.

Mauri Antonio da Silva analisa a resistência dos trabalhadores à sua exploração pelo capital no artigo **A lei do piso salarial estadual: uma conquista dos trabalhadores catarinenses**. Por meio de estudo bibliográfico, o autor aponta os efeitos da crise sobre os empresários brasileiros e como estes tentam rebaixar os custos com salários para retomar suas altas taxas de lucro, passando a defender o fim dos pisos salariais estaduais de categorias e uma reforma trabalhista para reduzir o valor da força de trabalho. O texto aponta também formas de resistência a essa investida por meio de uma ação propositiva do movimento sindical, que ocorre no Estado de Santa Catarina, onde as centrais sindicais se mobilizaram e conquistaram reajustes do Piso Salarial Estadual, instituído por lei estadual, conquistando ganhos reais acima da inflação oficial.

O artigo **Serviço Social, projeto ético-político profissional e o debate da consciência**, de Tales Willyan Fornazier Moreira, recupera o processo de constituição da direção social da profissão, particularmente a partir da década de 1990, após interlocução com a teoria marxista, destacando sua organização política. O texto aponta que é neste período que a profissão adquire maturidade intelectual, teórica e ético-política e avança em termos de construção de seu projeto profissional. A partir destes elementos, estabelece a interlocução com o debate da consciência com base nos postulados de Marx e Engels e conclui as reflexões apontando a importância deste debate para o Serviço Social e a necessidade de avançar nesta interlocução.

Compreender as incisões do conservadorismo na formação profissional, tendo como *lôcus* de pesquisa o curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) *Campus Iguatu* é o objetivo do artigo **Formação profissional e conservadorismo: uma análise a partir dos/as estudantes do curso de Serviço Social do**

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, de Ana Samilly Alexandre Moreira e Mônica Ivo de Oliveira. A pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, esta última realizada com estudantes do sétimo e oitavo semestres. As autoras apontam que o conservadorismo tem se expressado principalmente a partir de posturas moralistas e preconceituosas por parte de estudantes e funcionários/a da instituição, além do crescimento de vertentes tidas como conservadoras pelas análises da vanguarda profissional. Em relação às pautas societárias, os/as estudantes entrevistados/as se posicionam, majoritariamente, em consonância com o que tem apontado o projeto de profissão do Serviço Social.

João Rafael da Conceição, no texto **Análise das produções discentes nos programas de pós-graduação m Serviço Social sobre prisões**, apresenta o estado da arte das produções sobre prisões tomando por base os programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil no período entre 2014 e 2017 e os resultados obtidos a partir da pesquisa documental nos resumos disponíveis na Plataforma Sucupira. Como resultados parciais, apreenderam-se lacunas e tendências gerais tais como: concentração de estudos nas áreas temáticas de execução da pena, reflexão teórica e gênero, persistência da incipiência de pesquisas sobre o trabalho profissional.

Estratégias e táticas na formação profissional do assistente social: subsídios para reflexão, de Luciana Gonçalves Pereira de Paula e Nicole Cristina Oliveira Silva, traz reflexões sobre o debate em torno das estratégias e táticas no Serviço Social, abordando, especificamente, o trato desses elementos no âmbito da formação profissional. Para isso, as autoras realizam um breve resgate da produção de conhecimento sobre essa temática, trazendo ponderações acerca da abordagem desses elementos nos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social. Por fim, apresenta resultados parciais de uma pesquisa empírica, de caráter qualitativo, realizada junto aos/as alunos/as formandos/as da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Entre as conclusões, destaca-se a importância de se garantir, na esfera da graduação em Serviço Social, espaço para os debates em torno da construção das estratégias e táticas profissionais, como forma de qualificar a atuação dos futuros assistentes sociais.

Raquel Santos Sant Ana debate a questão agrária como uma particularidade da questão social e a partir desse entendimento constrói o diálogo com o projeto de formação do serviço social brasileiro no artigo **Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a questão agrária**. No texto, a autora parte do pressuposto que as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que tem como fundamento a teoria social de Marx, exige a apreensão dos diversos conteúdos numa perspectiva de totalidade e, portanto, permite a análise das particularidades da questão agrária nos diferentes conteúdos dos núcleos que estruturam a proposta formativa. No entanto, a dificuldade na apropriação desse referencial e a perspectiva urbanocêntrica e fragmentária da produção do conhecimento pode afetar essa apreensão. Este artigo é um exercício de reflexão do lugar da questão agrária como particularidade da questão social em dois núcleos da formação que compõem as diretrizes: o de formação do ser social e o das particularidades da sociedade brasileira, afunilando o debate para uma matéria de maneira a dar visibilidade concreta, ainda que limitada, ao debate da questão agrária no projeto de formação.

No artigo **Política sobre drogas e neoliberalismo: comunidades terapêuticas e debate no Serviço Social**, Indira Aragão e Lucia Cristina dos Santos Rosa analisam as medidas neoliberais adotadas pelo Estado brasileiro se fazem presentes na Política Nacional Sobre

Drogas, como incidem diretamente no cuidado com o público alvo da política e no debate do Serviço Social nesse contexto. Baseadas em pesquisa bibliográfica, fazem um recorte da discussão sobre a inserção das comunidades terapêuticas nesse cenário e sobre a transferência de recursos do fundo público para tais instituições. Esse direcionamento impacta a cidadania, reorientada para o consumidor, fortalece a lógica do Terceiro Setor e a desresponsabilização do Estado na execução direta das ações em torno da pessoa com uso abusivo de substância psicoativa.

Fechando esta edição Márcia Regina Botão Gomes, Maria Elizabeth Freire Salvador e Dácia Cristina Teles Costa apresentam uma síntese de um dos seminários promovidos pela Comissão Temática de Empresa do Conselho Regional de Serviço Social no artigo **Comissão de empresa - espaço de interlocução profissional e resistência**. Para as autoras, esse espaço tem sido um local de resistência a possíveis distorções da realidade promovendo debates sobre a reestruturação produtiva e trabalho profissional. Com suporte teórico-metodológico de profissionais da área acadêmica e ampla participação de assistentes sociais que atuam ou desejam atuar em empresas, essa Comissão tem se fortalecido como um espaço de interlocução profissional a partir de debates democráticos.

Este número 37 da Revista Temporalis, editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) inaugura as edições da nova gestão Resistir e Avançar, na Ousadia de Lutar (2019-2020) que tem por objetivo central defender o legado construído por esta entidade desde 1946 e sua direção ético-política, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, na defesa da educação como direito social e da formação profissional crítica e de qualidade. Para isso, toma como central o fortalecimento do projeto de formação acadêmico profissional consolidado pelas da ABEPSS (1996) e do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro.

Esperamos uma leitura que instigue a crítica, afirme as resistências e reforce as lutas!

Gestão Resistir e Avançar, na Ousadia de Lutar (2019-2020)

Referência

BEHRING, E. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. **SER Social**, Brasília (DF), v. 18, n. 38, p. 13-29, 7 nov. 2016.